

4. Líbia

Este capítulo almeja analisar o conflito na Líbia, a fim de que se tenha uma ideia acerca de suas repercussões para os futuros conflitos na região. O conflito na Líbia em 2011 tem grande relevância para que compreendamos nessa pesquisa a atuação da Rússia no cenário sírio. O presente capítulo tem como principal objetivo estabelecer um padrão acerca da atuação da Federação Russa na Líbia a fim de que se tenha uma ideia mais clara sobre como se poderia identificar se a mesma atuou sob os mesmos parâmetros na Síria. Tentar-se-á traçar, neste capítulo, uma medida do comportamento russo a partir da análise da relação entre a Rússia e a Líbia para que se tenha um padrão de relacionamento entre Síria e Rússia.

A primeira seção deste capítulo tem por objetivo principal colocar em primeiro lugar a relação entre União Soviética e Líbia e em um segundo momento do mesmo a relação entre Rússia e Líbia. Essa análise histórica tem como propósito colocar em perspectiva a relação histórica prevista a fim de que se tenha em vista se a relação entre essas partes pode ou não ter afetado a decisão da Rússia em se abster na votação da resolução 1973. Mais tarde, essa análise histórica servirá como ponto de vista comparativo para o caso da Síria, a ser estudado no próximo capítulo.

A segunda parte deste capítulo busca descrever brevemente alguns dos principais eventos do conflito na Líbia. O tratamento breve dos eventos da chamada primavera árabe na Líbia não se dá por não considerar a questão relevante, mas em decorrência de filtrar a atenção para momentos mais importantes para a pesquisa como um todo. Portanto, nesta parte do capítulo reserva-se a tratar do despertar da violência na Líbia, e a escalada da mesma.

A terceira seção dedica-se a tratar do envolvimento internacional no conflito. Esta parte do texto é de grande relevância para a pesquisa, pois aqui, primeiramente, descreve-se o primeiro ato do envolvimento internacional no conflito. Apesar de ter havido mais de uma resolução do Conselho de Segurança das Nações Unidas sobre a Líbia, esta seção tratará com mais atenção a resolução 1973, que gerou algumas controvérsias e clivagens entre importantes atores.

A quarta, e última, seção do capítulo, não menos importante, tratará de conceder uma visão geral acerca do posicionamento russo diante da crise da Líbia. Nesta seção, o ponto nodal será estabelecer um parâmetro da atuação russa em questões internacionais de grande escala e assim tentar traçar um panorama para o próximo capítulo.

4.1 A Relação Histórica

Logo após o fim da Segunda Guerra Mundial a União Soviética começa a tentar forjar laços com o terceiro mundo. Contudo, a Líbia ainda sofria forte influência ocidental em decorrência de seu passado de colônia italiana. Além da influência italiana, a Líbia sofria a influência, também, de outros países ocidentais, como os Estados Unidos e o Reino Unido.

Oficialmente, as relações diplomáticas entre União Soviética e Líbia tiveram início em 1955, no entanto, a monarquia líbia possuía relações mais fortes com o Ocidente. Até que em 1º de setembro de 1969 Muammar Qadhafi promove um golpe de Estado e depõem a monarquia e instaura um novo regime nacionalista pan-arabista.

O novo contexto que se inicia com a chegada de Qadhafi ao poder abre uma importante brecha para que a União Soviética tente estabelecer laços mais concretos com a Líbia. A relação se estabeleceu. Líbia e União Soviética se tornaram grandes parceiros econômicos, e mais tarde a Líbia também se tornara parceira e aliada da Federação Russa.

O traçar de uma relação histórica, primeiro, entre União Soviética e Líbia e mais tarde entre a Federação Russa e Líbia se faz importante aqui para fins de averiguação se esta relação de tantos anos pode ou não ter interferido nas decisões de Moscou. Essa parceria entre URSS/Rússia e Líbia não podem ser consideradas recentes, e, portanto, a análise desse histórico pode iluminar, de alguma forma, o porquê de a Rússia ter, em alguma medida, concedido o aval para ações na crise da Líbia e não na crise da Síria.

Dessa forma, o estudo empírico acerca da Líbia nos servirá aqui como um caso de controle. Esta será uma forma para tentar compreender e traçar ou não um padrão na atuação russa diante de dois casos tão parecidos, que são a crise na Líbia e na Síria.

4.1.1 URSS – Líbia

União Soviética e a Líbia estabelecem relações diplomáticas formais em 1955. Entretanto, naquele momento a Líbia ainda não podia ser considerada uma aliada de Moscou, afinal flertava com os Estados Unidos, França, Inglaterra e União Soviética. Cabe ressaltar que tanto Estados Unidos quanto o Reino Unido possuíam o direito de ter bases militares na Líbia.

As relações entre a Líbia e a União Soviética somente passaram a ser mais robustas após o golpe instaurado por Muammar Qadhafi em 1969, quando a monarquia pro-ocidentalista é destituída do poder. Ao assumir o poder na Líbia, Qadhafi tinha como principais objetivos a unidade árabe, que por si só já possuía inclinações socialistas, eliminar a influência ocidental na Líbia, eliminação de Israel e apoio à causa palestina.

A partir do momento em que Qadhafi toma o poder na Líbia, sua posição era a de livrar o país das influências coloniais. Por isso, após o golpe Qadhafi ordenara que o Reino Unido fechasse suas bases militares na Líbia. Desde o início o líder líbio deixara clara que sua posição era a de “libianisar” o país, deixando de fora as influências ocidentais, e trazendo para a Líbia influências socialistas islâmicas (BBC c, 1970).

No momento em que Qadhafi assumiu o poder na Líbia, ele nacionalizou diversos setores do comércio do país, especialmente nos setores estratégicos como o de petróleo. No início da década de 1970 Qadhafi não se alinhou com o Ocidente sequer com a União Soviética, pois para esse líder os desejos imperialistas de ambos os lados poderiam ser perigosos, e por isso seguiu um caminho do meio (Somali Press, 2008).

A retórica de Qadhafi era pan-arabista, e depois se tornou pró-África. Entretanto, não apenas a URSS almejava mais um parceiro na região, como a Líbia fora catapultada em direção à União Soviética quando o país passara a ser identificado como uma ameaça. Dessa forma, em meio à Guerra Fria, momento no qual era importante ser aliado de um dos lados, a Líbia teve que ficar ao lado dos soviéticos a fim de obter ganhos, afinal essa era uma forma utilizada pelas superpotências para “aliciar” parceiros no terceiro mundo (RONEN, 2008).

Nos primeiros anos do governo de Qadhafi sua retórica era anti-soviética, no entanto, prevendo o potencial da relação com a Líbia, a União Soviética tenta se aproximar do país. A União Soviética via com bons olhos a crescente hostilidade do regime líbio com relação ao Ocidente. Tão logo em 1974, quando potências ocidentais param de fornecer armamentos para a Líbia, a URSS vê o surgimento de uma grande oportunidade de aproximação e no mesmo ano fecha um contrato de venda de armamentos para o país. Em 1974 o acordo de venda de material bélico soviético para a Líbia envolvia a venda de bombardeiros Tu-22, Mig-23, helicópteros, tanques T-62 e mísseis anti-tanque. Em 1975, houve mais um acordo de venda de material bélico entre União Soviética e Líbia ainda maior que o contrato anterior, e que ainda incluiu a venda de submarinos. Após esse contrato de 1975, outros ocorreram em 1977, 1978 e 1980. Entre 1973 e 1985, estima-se que as transações de armamentos entre União Soviética e Líbia alcançaram o valor de 20 bilhões de dólares (HETZ, 2002, p. 168).

Essa intensa troca entre União Soviética e Líbia parecia ser crescente como pode ser notada na matéria de 1981 do *Chicago Tribune*, de Jonathan Broder, que retrata essa relação. Nesta matéria colocou-se que naquele ano, 1981, Qadhafi estava disposto a pagar algo em torno de 10 bilhões de dólares para receber mais uma remessa de material bélico soviético.

Em 1983 Líbia e União Soviética fecharam um acordo de venda de armamentos de 2.9 bilhões de dólares, e em 1985 outro acordo no valor de 1.3 bilhões de dólares. Além disso, fora noticiado que na década de 1980 a Líbia fora o único país fora do Pacto de Varsóvia a receber determinados tipos de armamentos, o que demonstra que a Líbia possuía um status especial de aliada na África. Essa relação especial era também bastante benéfica para a União Soviética que, além de ter altos lucros com a venda de armamentos ganhava grande influência na região. Entretanto o que ocorria na época também era o aumento da dívida da Líbia com Moscou que girava em torno de 6 bilhões de dólares (HETZ, 2002, 144) .

A União Soviética via com bons olhos o crescente posicionamento anti-Ocidental da Líbia, especialmente após a chegada de Qadhafi ao poder, pois mesmo que, no início de seu regime o líder também não se alinhasse à URSS, ainda assim não estava ao lado do Ocidente. Esse tipo de comportamento serviria como uma brecha para que a URSS se aproximasse da Líbia mais tarde,

especialmente após 1974, quando o Ocidente para de vender armamentos para o país. A URSS e a Líbia se aproximam, politicamente, com maior robustez, em 1980, pois nenhuma das partes concordava que o processo de negociação de paz no Oriente Médio fosse de responsabilidade dos Estados Unidos. A União Soviética era contrária a esse processo ser liderado pelos Estados Unidos, pois lhe deixava de fora das negociações, diminuindo assim seu papel no Oriente Médio, e a Líbia acreditava que os acordos de 1978 de Camp David uma traição com as aspirações palestinas (HETZ, 2002, p. 144).

De acordo com Menon (1985), a política soviética de venda de armamentos para o terceiro mundo tinha dois objetivos, o primeiro era o de ganhar influência em dada região, suprimindo de material bélico países que não eram supridos pelos países ocidentais. O segundo motivo era econômico, em uma tabela de seu artigo em questão, na página 61, ele coloca a porcentagem de vendas de armamentos para os principais compradores no terceiro mundo. Em termos absolutos valorativos, em 1985 a Líbia era a maior importadora de armamentos soviéticos, e logo em seguida vinha a Síria. Estima-se que entre 1970 e 1980 o volume do comércio entre URSS e Líbia atingira o patamar dos cem milhões de dólares ao ano. Em termos de suprimento de armamentos, como já referido anteriormente, era de grande volume, e a União Soviética chegou a fornecer cerca de 90% de todo o material bélico da Líbia (KATZ, 2008, p. 123 b).

Os acordos entre URSS e Líbia não ficaram apenas no âmbito de comércio de armas, trocas culturais, como intercâmbio de alunos eram estimulados, ainda mais após sanções impostas pela Europa e pelos Estados Unidos. Entretanto, mesmo após muitos acordos bem sucedidos entre a União Soviética e a Líbia, o regime de Qadhafi ainda não reagia muito bem ao socialismo soviético, por ser ateu, até meados da década de 1980 Qadhafi se colocava como não-alinhado. Isso muda, especialmente a partir de 1986.

Este ano se tornou importante nas relações entre União Soviética e Líbia, pois fora em 1986 que a Líbia fora atacada pelos Estados Unidos. Em 1986 ocorreram um atentado terrorista à Berlim, que é atribuído à Qadhafi. Dessa forma, em 15 de abril de 1986, com a operação chamada *El Dorado Canyon*, Ronald Reagan, então presidente norte-americano ordena a retaliação à Líbia. Esse ataque culminou na morte de muitas pessoas na Líbia, incluindo a filha de Qadhafi.

Sendo assim, após os bombardeios de abril, a retórica de Qadhafi se altera, e passa a ser bastante pró-União Soviética. Em abril de 1986 os laços entre a União Soviética e a Líbia chegam a um novo patamar, de alinhamento (SHUMACHER, 1986). Até o desmantelamento da URSS, basicamente, toda a força militar da Líbia, com seus sofisticados equipamentos bélicos, dependiam dos soviéticos (KOSHHEMIKIN; KANET, 1995, p. 34). O que, até então era de grande valia para a URSS, pois a Líbia se tornara um importante entreposto soviético no norte da África. O fato de a Líbia ter se tornado muito dependente da URSS era mais interessante ainda, assim, a presença soviética poderia ser considerada mais vigorosa, impedindo assim que o Ocidente conseguisse “conquistar” a Líbia.

4.1.2 Federação Russa - Líbia

Com o fim da Guerra Fria e a dissolução da União Soviética, as relações entre a Rússia e a Líbia se esfriaram. As relações não foram cortadas, mas se tornaram bastante distantes, especialmente a partir da chegada de Yeltsin à presidência da Rússia. Como já demonstrado no capítulo anterior, o então presidente russo Boris Yeltsin buscava se alinhar com o Ocidente, ele buscou estar próximo do Ocidente em termos ideológicos e materiais, pois a Rússia carecia de ajuda financeira. Dessa forma, a partir do início da década de 1990 não apenas a Rússia esfria suas relações com a Líbia, e com outros antigos parceiros da URSS por falta de recursos financeiros, mas no caso da Líbia, por conta de sua ideologia anti-Ocidente (KATZ, 2008, p. 123 b).

No início da década de 1990, Boris Yeltsin estava tão comprometido com o Ocidente que em 1992 deixa de lado o fato de a Líbia ser uma antiga aliada e vota a favor de sanções contra o país. Em 1992 é aprovada no âmbito do Conselho de Segurança das Nações Unidas a resolução 748 que proibia qualquer tipo de comércio com a Líbia que envolvesse a venda de armamentos, entre outras decisões. Essa resolução que impunha sanções à Líbia fora estabelecida em decorrência de seu envolvimento com práticas terroristas. Esse afastamento pode ser notado, inclusive, pelos números de venda de armamentos da Federação Russa para a Líbia. Isso pode ser observado na tabela que se segue gerada pela base de dados de transferência de armamentos do SIPRI (Stokholm International Peace

Research Intitute). De acordo com a tabela, o comércio de armamentos entre a Rússia e a Líbia, que no período anterior era tão substancial, a partir da década de 1990 tornou-se nulo. O retorno desse comércio que, entre União Soviética e Líbia era tão significativo somente fora retomado, timidamente, em 2006.

TIV of arms exports from Russia, 1997-2012																	
Generated: 16 July 2013																	
Figures are SIPRI Trend Indicator Values (TIVs) expressed in US\$ m. at constant (1990) prices.																	
Figures may not add up due to the conventions of rounding.																	
A '0' indicates that the value of deliveries is less than US\$0.5m																	
For more information, see http://www.sipri.org/databases/armstransfers/background																	
Source: SIPRI Arms Transfers Database																	
	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	Total
Libya										13	13	13		15			53

De acordo com Khashan (1999, p. 23), ao assumir a presidência da Federação Russa, Boris Yeltsin buscava um alinhamento incondicional com o Ocidente, em especial com os Estados Unidos. Ele esperava que a amizade entre Rússia e Ocidente lhe rendesse bons frutos, já que a Rússia se encontrava em situação econômica difícil. Sendo assim, nos primeiros anos de seu governo a política externa da Rússia direcionada ao Oriente Médio e outras regiões, basicamente, se guiava pelos passos dados pelos Estados Unidos. Por isso buscou não se envolver demasiadamente em questões do Oriente Médio e buscou se afastar, em alguma medida, dos antigos aliados da União Soviética que nutriam sentimentos anti-ocidentais. Pois, dar continuidade com esses antigos aliados poderia parecer que a Rússia não havia, de fato, se afastado da ideologia do comunismo e assim atrapalhar seus novos laços.

No entanto, a política da Rússia no início da década de 1990 para com a Líbia não era muito diferente da sua política direcionada a outros países africanos e do Oriente Médio. Como com o Egito, Marrocos e Argélia, a relação da Rússia na década de 1990 não era muito diferente do que era com a Líbia. Especialmente a partir da segunda metade da década de 1990 a Rússia tenta retornar ao mundo árabe, mas dessa vez não mais pronunciado por questões ideológicas, fora um retorno mais pragmático, mais voltado à capitalização de relações comerciais. No entanto, esse movimento em direção aos países africanos, como a Líbia, por

exemplo, somente se deu na segunda metade da década de 1990. Foi um movimento diferenciado na política externa russa na época. Considera-se que a nova reaproximação de antigos aliados como a Líbia estava atrelado a um posicionamento mais assertivo no pensamento da política externa russa, se comparado ao imediato momento após a dissolução da URSS. Este novo passo dado pela Rússia estava conjecturado em um momento em que que Rússia volta a querer se colocar no mundo, novamente, enquanto uma grande potência (KOSHEMIAKIN; KANET, 1995, p. 41).

A partir de 1996, quando Andrei Kozyrev é afastado do ministério das relações exteriores e é substituído por Yevgeny Primakov, assumidamente um “arabista”, fora um indicativo de que as relações entre a Rússia e o Oriente Médio, incluindo a Líbia poderiam mudar. Especialmente a partir de 1998, quando Pimakov se torna Primeiro Ministro da Federação Russa, houve uma reorientação na política externa do país mais notável. De acordo com Colin (2007, p. 58-59), Primakov fora o responsável por substituir o ocidentalismo que guiava os interesses nacionais russos pelo nacionalismo e pelo culto ao “Estado forte”, e substituíra o liberalismo pelo conservadorismo. Dessa forma, pode-se observar que ao final da década de 1990 o comércio com a Líbia começou a apresentar grandes mudanças. Isso pode ser notado na tabela a seguir gerado pelo *site Open Data for Africa (1995-2011)*.

			1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001
Libya	Imports From:	Russian Federation	66,62	51,56	95,58	4104,85	3074,74	18157,37	19595,61
Libya	Exports From:	Russian Federation							

DATA			2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008
Libya	Imports From:	Russian Federati on	23887 ,32	40636,0 2	90248,1 3	105942, 5	36611,3 9	107905, 2	70239,0 1
Libya	Exports From:	Russian Federati on	6,09	6,07	337,69	63,47	440,96	112,21	2215,37

<i>DATA</i>			<i>2009</i>	<i>2010</i>	<i>2011</i>
<i>Libya</i>	<i>Imports</i>	<i>Russian</i>	89763,29	82601,07	98479,1
	<i>From:</i>	<i>Federation</i>			
<i>Libya</i>	<i>Exports</i>	<i>Russian</i>	1316,53	216,2	2185,63
	<i>From:</i>	<i>Federation</i>			

Desde que Primakov entra para o ministério das relações exteriores da Rússia ele tenta uma reentrada no Oriente Médio, ser mais participativo nas questões desta região. Por exemplo, em 1997, na questão do Iraque que estava gerando uma crise no Oriente Médio, a Rússia se fez presente na mediação da questão (KHASHAN, 1999, p. 26). Ainda em 1997, Primakov, pragmaticamente tenta reduzir a dependência econômica da Rússia com relação ao Ocidente, e é no Oriente Médio que o então ministro das relações exteriores da Rússia embarca em uma viagem para tentar firmar acordos com a Síria, Jordânia, Egito, Líbano e Israel (1999, p. 30). Cabe ressaltar que no mesmo período a Rússia fechou contratos milionários em venda de armamentos para o Kuwait, e vale analisar a tabela anterior que demonstra, a partir de 1997, um enorme salto nas exportações de bens diversos para a Líbia.

Quando Primakov assume como Primeiro Ministro da Federação em 1999, a mudança de atitude da Rússia com relação ao Oriente Médio, e aqui, especificamente, com relação à Líbia é clara. A partir de 1999 a aparência era a de que as relações entre Rússia e Líbia voltariam a se estabelecer como eram durante a Guerra Fria. Neste ano a Rússia suspende as sanções sobre a Líbia e os serviços da Aeroflot, companhia aérea russa, retomam as atividades na Líbia.

Em 2000, Rússia e Líbia assina um acordo para que Moscou construa 117 quilômetros de gasoduto no país. Ainda neste ano em questão, a empresa russa Promexport fecha um acordo de venda de munição para a Líbia, mas ainda esses acordos eram ínfimos perto dos acordos que países europeus detinham junto à Líbia (KATZ, 2008, p. 123 b).

Apesar de tudo indicar que Rússia e Líbia iriam se engajar em um relacionamento próximo do que essas partes desfrutaram no passado, a relação

continuou um tanto quanto morna. Sendo assim, a Líbia se aproxima de outros países do terceiro mundo e também se reengaja com o Ocidente.

Somente em 2006 que as relações entre Líbia e Rússia voltam a ganhar mais corpo. Em 2006 a Líbia assinara um contrato com a Gazprom, empresa estatal russa do ramo de hidrocarbonetos. Em 2007, em mais um acordo com a Gazprom, a empresa consegue o direito de exploração de hidrocarbonetos em nove campos na Líbia, e tais concessões irão até 2026 (Gazprom –Libya). Outra grande estatal russa responsável pela produção de petróleo, a Tatneft, começara a operar na Líbia já em 2005 com três projetos na área de exploração de petróleo, em 2006 ganhou a concessão de mais três projetos. E em 2008, o então presidente russo Dmitry Medvedev e o então líder líbio Muammar Qadhafi concordaram em ampliar os acordos de exploração e processamento de petróleo na Líbia por meio das estatais russas (RFE/RL, 2008).

Em 2007, a Rússia ainda não poderia ser considerada uma grande parceira da Líbia, as trocas, de modo geral, entre esses dois países ainda não eram tão significativas. Sendo assim, em 2007, Lavrov realiza uma visita à Líbia, na qual tratou-se de questões de cooperação bilateral, entre outras (KATZ, 2008, p. 124 b).

Apenas em 2008, que as relações entre Líbia e Rússia começaram a aparentar que iriam se aprofundar, e é neste ano em questão que Putin visita a Líbia. Nesta visita, que Putin prestara à Líbia, estavam incluídas na agenda de discussões acordos na área de extração de petróleo, o aumento do comércio, acordos políticos e acordos na esfera de cooperação técnico-militar. No entanto, o tópico mais importante da agenda, e possivelmente o que estava impedindo relações mais aprofundadas entre Rússia e Líbia, a questão da imensa dívida da Líbia com a União Soviética, que a Rússia herdara no valor de 4.5 bilhões de dólares. Além disso, a expectativa maior com relação a essa visita de Putin à Líbia dizia respeito à recolocação da Rússia na região, em termos de influência política (China News, 2008). Durante o segundo mandato de Vladimir Putin, é mais pronunciada, em sua política externa, que o desejo é de que a Rússia seja reconhecida enquanto uma grande potência como fora a URSS na Guerra Fria. Isso fica visível por uma retomada de políticas mais pragmáticas no mundo árabe e o chamado “near abroad”, regiões que antes sofriam grande influência soviética,

e que, sob a presidência de Vladimir Putin, tenta-se recolocar a Rússia com grande presença nesses locais.

Os frutos da visita foram positivos, aparentemente, para os dois lados. Em decorrência desta visita, claramente, houve maior aproximação entre a Líbia e a Rússia. Um dos maiores obstáculos para negociações entre os dois países era a questão da dívida bilionária que a Líbia tinha junto à Rússia, mas este empecilho fora retirado do caminho, pois a Federação cancelou a dívida em troca de acordos privilegiados em determinadas áreas. Nas palavras de Vladimir Putin:

The negotiations on solving the problem of the state debt have been going on for several years, and they were especially intensive over the past year and a half. I'm absolutely sure that the pattern we've found will benefit both the Russian and Libyan economies and the Russian and Libyan people. This is because we will use these funds not only to invest in Russian defense companies and to increase Libya's defense capability, but also to inject money for projects which help the population as a whole. In particular, one of the most important tasks which face the Libyan government is the development of the country's infrastructure... (Russia Today a, 2008)

De acordo com Aleksey Kudrin, então ministro das finanças da Rússia, a questão da dívida, de fato, era um empecilho nas relações entre os dois países. Nas palavras de Kudrin:

The Russian position is much stronger. No other country has received any of the contracts that Russia has received. And these are not just promises, these are concrete contracts that have been signed today... (Russia Today a, 2008).

Desta visita de 2008 surgiram acordos em diversas áreas. A *Russian Railways*, uma empresa estatal russa, assinou um contrato de 3.48 bilhões de dólares para a construção de uma linha férrea e a Gazprom também conseguiu mais um contrato bilionário para a realização de extração de petróleo junto a outras empresas (Russia Today a, 2008).

Em 2009, mais um contrato entre Líbia e Rússia fora firmado no campo de venda de material bélico. Este contrato em questão previa a venda de material para forças convencionais e para a marinha da Líbia. O contrato também previa a venda de tanques T-72 e helicópteros (The Voice of Russia a, 2009).

No ano seguinte, em 2010, Rússia e Líbia fecharam mais um contrato de venda de armamentos. Este contrato tinha o valor de 1.8 bilhões de dólares. O

contrato previa a venda de armas leves, mas também aviões e sistemas de defesa aérea S-300PMU2 (Reuters a, 2010).

O hibridismo do pensamento e da condução da política externa da Rússia sob a presidência de Vladimir Putin são visíveis na sua renovada relação com a Líbia. Não apenas a Rússia, a partir de 2008 revela um pragmatismo na relação com outros Estados no sentido de ganhos comerciais, mas alguns dos elementos dessa política externa revelam que a Rússia está pronta para reconquistar seu espaço político e de influência perdido com o fim da União Soviética. Sendo assim, os novos acordos entre a Rússia e a Líbia nos últimos anos não apenas têm sido conduzidos para fins lucrativos em si, mas também para reconquistar seu caráter de grande potência, para ganhar espaço de prestígio político na sua antiga esfera de influência.

4.2 O Conflito na Líbia e seus Antecedentes

A Líbia fizera parte do Império Otomano, mas passou a ser de domínio italiano após a guerra entre Itália e otomanos, entre 1911 e 1912. A ocupação italiana da Líbia não se deu sem maiores resistências. A Itália apenas logra em conquistar todo o território que compreende a Líbia em 1932. Entre 1911 e 1914 a Itália somente conquista o que era a Tripolitania e Fezzan, mas a resistência nessas regiões fez com que a Itália recuasse e ficasse no controle de Trípoli e Khums (AHMIDA, 1994, p. 104). Entre 1915 e 1922, a Itália estivera envolvida na Primeira Guerra Mundial, o que garantiu à resistência líbia terreno para conseguir acordos de autonomia para algumas regiões. Entretanto, conflitos entre tribos da Líbia acabou por gerar o enfraquecimento da resistência, entre 1910 e 1920, o que deixou espaço para a Itália conseguir conquistar mais regiões em 1923 (1994, p. 106).

Entretanto, a resistência não fora totalmente derrotada. Muitas tribos continuaram unidas lutando contra a dominação italiana, até 1930. Em 1930, a Itália passa a se utilizar de táticas brutais para acabar com a resistência, como aviões modernos, gases venenosos, e mais tarde mais brutalidade ainda, enviando membros de tribos que faziam parte da resistência junto a suas famílias para campos de concentração. Além disso, a Itália confiscou bens de membros da

resistência, muitos desses foram jogados de aviões, e fecharam a fronteira da Líbia com o Egito a fim de evitar a fuga da resistência (AHMIDA, 1994, p. 107).

Sendo assim, a dominação italiana perdura de 1932 até 1942. Com o início da Segunda Guerra Mundial, a resistência vê uma oportunidade de se libertar da Itália, caso esta começasse a perder na guerra. Assim, quando a guerra começa e a Itália, em 1940, para o lado da Alemanha, o movimento de resistência da Líbia se coloca ao lado dos Aliados (HETZ, 2002, p. 30).

Em 1943, a Líbia acaba sob ocupação dos Aliados, e fora dividida entre forças britânicas e francesas. O Reino Unido passou a controlar as províncias de Tripolitania e Cyrenaica, enquanto a França administrava a província de Fezzan. A priori, apesar da administração francesa e da administração britânica, a Líbia ainda permanecia como uma colônia italiana, e apenas deixou de ser após a conferência de Potsdam, onde os Aliados concluíram que a Líbia não seria retornada à Itália (HETZ, 2002, p. 31).

Após o fim da Segunda Guerra Mundial, a situação da Líbia ficou um tanto quanto indecisa por algum tempo. Somente em 1949 a Líbia é colocada no programa de protetorado das Nações Unidas, com o planejamento de que iria se tornar independente dentro de um prazo de dez anos. Durante esse período a Líbia seria guiada por um momento de transição, no qual iria fazer uma constituição por meio da instituição de uma assembleia nacional. Esse período seria guiado pela França, Reino Unido, Estados Unidos, e outros (2002, p. 32).

Em 1951, sob os auspícios de sua constituição, a Líbia tornou-se independente e passaria a ser liderada pelo rei Idris. Após a instituição de uma monarquia hereditária, a Líbia, em sua política externa manteve laços com o Ocidente, tornou-se bastante tradicionalista e passou a fazer parte da Liga Árabe. A partir, especialmente de 1959, a Líbia passara de um país extremamente pobre, para se tornar uma nação com muitos recursos financeiros devido a descoberta de grandes reservas de petróleo. Contudo, o exponencial crescimento do PIB do país não refletia a realidade social da Líbia. A população, em geral, permanecia na pobreza, enquanto a receita gerada pela venda do petróleo permanecia nas mãos de poucos. Não tardou muito até que o ressentimento da população gerasse uma revolução no país (AHMIDA, 2005, p. 72).

Foi a partir do descontentamento popular que Qadhafi conseguiu chegar à liderança da Líbia. O carismático Qadhafi conseguiu mobilizar as massas e

destruiu as instituições monarquistas e tudo que adivinha das grandes potências Ocidentais, França, Reino Unido e Estados Unidos. A revolução que levou ao poder Qadhafi, em 1969, teve grande suporte de quase todas as classes do país, desde o suporte das áreas rurais, até das áreas urbanas. Mas assim, que chegou ao poder, tão logo, Qadhafi colocou em prática algumas táticas desmobilizadoras da oposição. Contudo, o regime começara a se tornar mais agressivo na repressão a partir da década de 1980 (AHMIDA, 2005, p. 72).

4.2.1 O Conflito Atual

Desde 2010 o mundo tem tornado sua atenção para o que se chama de “primavera árabe”, que, de modo amplo, seriam revoltas de cunho popular em países islâmicos que estariam lutando contra os regimes opressores em seus países (JONES, 2012, p. 447). A priori a análise acerca desses eventos envolve algo como um “efeito dominó”, e de modo geral, essa análise trata todos os casos da mesma forma, como se todas as mudanças propiciadas por levantes políticos no “mundo árabe” tivessem as mesmas raízes e os mesmos propósitos (2012, p. 448). Entretanto, observações mais acuradas acerca dos últimos eventos que varreram o chamado “mundo árabe” com demonstrações de insatisfação não podem ser avaliados como sendo iguais. De acordo com Peter Jones a primavera árabe consiste em eventos diferenciados na Tunísia, no Egito, na Líbia, no Iêmen e na Síria (Bahrein, Marrocos, etc.). Não apenas estes países foram afetados pelas ondas de protestos e nem todos os casos serão analisados com grande aprofundamento (2012, p. 450).

A chamada primavera árabe tem início em dezembro de 2010 na Tunísia, que começa, basicamente, com protestos populares promovidos por descontentamento com questões econômicas do país como alta taxa de desemprego e inflação (BORGER, 2011). Após semanas de protestos populares e forte repressão por parte do governo com diversas baixas, o líder da Tunísia, Zine al-Abidine Ben Ali, sai do seu posto e do país para se refugiar na Arábia Saudita, e os protestantes se declaram vitoriosos (CHRISAFIS; BLACK, 2011). Assim como na Tunísia, no Egito uma das primeiras demonstrações contra o governo egípcio, no início de janeiro de 2011, aparentemente também estava ligada às questões econômicas do país (JONES, 2011). Desde o primeiro ato de protesto até

a queda do regime ocorreram diversos protestos populares e represálias governamentais, até que em 11 de fevereiro de 2011, Hosni Mubarak se retira do seu cargo e deixa o Egito (MCGREAL; SHENKER, 2011).

Não tardou e a Líbia também fora afetada pela onda de protestos. Uma das primeiras demonstrações populares de insatisfação com o governo líbio ocorrera em meados de fevereiro de 2011. O protesto se realizou por conta de prisões arbitrárias de ativistas de direitos humanos, em alguma medida (Guardian, 2011).

A movimentação política no país teve início em fevereiro de 2011, com algumas manifestações populares em algumas cidades líbias. As motivações para o início das manifestações populares são variadas de acordo com fontes de notícias, algumas relataram que parte dos protestantes foi às ruas para protestarem sobre as péssimas condições de moradia dos líbios (WEAVER, 2011). O que se sabe é que, certamente, temendo o que havia ocorrido com a vizinha Tunísia, o regime de Qadhafi repreendeu os manifestantes com violência.

Em pouco tempo de manifestações, os protestantes já haviam ocupado cidades líbias, em demonstrações contra o governo líbio. De acordo com fontes de notícias, já em 19 de fevereiro de 2011 dezenas de líbios haviam sido mortos por forças do governo (The Guardian, 2011). A morte dessas pessoas levou a população a ser ainda mais assertiva em seus manifestos contra o regime de Qadhafi, o líder que está há mais tempo no poder dentro do mundo árabe (International The News, 2011).

O que começou como um protesto pacífico, logo se tornou um confronto sangrento entre o governo de Qadhafi e os anti-governistas. A escalada de violência fora rápida, e tão logo chegou à capital Trípoli. A resistência do regime se tornou ainda mais violenta, e a violação dos direitos humanos tornara-se cada vez mais evidente. Naquele momento já havia relatos de que forças militares do governo estavam atirando à queima-roupa em civis desarmados, além de terem contratado centenas de mercenários de outras partes da África para conter os protestos (BLACK, 2011b).

A onda de protestos não parou, e com isso, o governo de quarenta e um anos de Qadhafi se via em situação de risco, vide o caso da Tunísia. Ao sentir que seu regime encontrava-se ameaçado, Muammar Qadhafi exacerbou a ofensiva contra a população protestante.

Em decorrência, em larga medida, da violência descomedida que o ditador líbio estava utilizando contra os civis, o regime começa a ter suas bases ruídas por seus próprios termos. Muitos oficiais das forças armadas desertam e se unem aos protestantes, bem como oficiais das forças policiais, como fora o caso dos pilotos líbios que desertaram das forças armadas, e fugiram do país em direção a Malta (HOOPER, 2011), pois alegavam que não iriam cumprir as ordens do governo de bombardear civis inocentes. Não apenas, Qadhafi começa a perder alguns oficiais, como também, seu embate sangrento inicia um processo de perda de legitimidade de seu governo, que perde parte importante de sua base política aliada, que suportava seu governo. O regime de Qadhafi era amplamente apoiado por três pilares, os militares, o apoio tribal e o diplomático.

A Líbia possui mais de cem tribos e clãs¹, que logo no início do conflito entre as forças governistas e a população declara não apoiar mais o governo. No âmbito do suporte diplomático, Qadhafi começa cedo a perder oficiais diplomáticos, que começam a deixar seus cargos, e passam a apoiar a revolta popular, assim como os militares (BISHARA, 2011).

Em meados de fevereiro de 2011, a situação na Líbia já havia se deteriorado muito, os protestantes já haviam chegado a Trípoli, e o clima de guerra civil pairava sobre o país. Conforme os protestos se aguçavam, o regime respondia com mais violência, e o número de mortos aumentava.

Diante do clima de guerra, as estimativas, ainda em fevereiro de 2011 eram de que mais de mil pessoas já haviam morrido durante os confrontos entre governo e anti-governistas. Além disso, centenas de pessoas teriam deixado o país em decorrência do aguçamento da violência. Apesar das estimativas, o regime líbio parecia não estar disposto a parar com a contra-ofensiva, ao contrário, ao que tudo indicava, Qadhafi continuaria com os ataques aos manifestantes. Naquele momento, a Líbia já se encontrava em situação de crise humanitária (Al Jazeera c, 2011).

¹ Entre algumas das tribos da Líbia estão a Gaddadfa, a tribo de Qadhafi, que historicamente nunca teve muito poder dentro do país, a Warfalla, possivelmente a maior tribo líbia, seus anciãos, no início do conflito declararam não apoiar o líder da Líbia. Há também a Magarha, a segunda maior tribo da Líbia, que possuía relações mistas com Qadhafi. Há ainda os Tuaregues, Berberes, que são considerados os mais marginalizados por Qadhafi. Há os Bara'as, que davam relativo apoio ao líder. Os Zuwaytah, considerados os maiores oponentes de Qadhafi. Essas são, apenas algumas divisões na Líbia, mas há muito mais do que essas apresentadas com fins ilustrativos (APPS, 2011).

O clima do conflito não se arrefeceria tão cedo, ao passo que Qadhafi acentuava o tom da hostilidade, discursiva e prática, os manifestantes também não cediam à pressão violenta exercida pelo governo. Em 22 de fevereiro, por exemplo, Muammar Qadhafi, em um discurso destemperado, clama que os protestantes devem ser derrotados de qualquer forma, e deixa claro que não deixaria o seu país, morreria como um mártir. Enquanto isso, relatos afirmam que a violência teria chegado a um nível assustador na Líbia, onde se podia ver corpos espalhados pelas ruas (BLACK, 2011d).

Os discursos e os atos violentos por parte do governo líbio parecem não terem surtido o efeito esperado, tendo em vista que os manifestantes também iniciaram medidas mais violentas contra o Estado líbio. Nesse momento, os rebeldes líbios começam a suspender as exportações de petróleo, a fim de aumentar as pressões sobre o governo da Líbia (CHULOV, 2011).

Após dias de embate entre a população da Líbia e o seu governo, a população começa a clamar pela deposição de seu líder Muammar Qadhafi (BLACK, 2011d). Nesse momento, a situação na Líbia passa a chamar a atenção da comunidade internacional para as ocorrências de violação de direitos humanos no país que estavam acontecendo de maneira indiscriminada. Em fins de fevereiro a comunidade internacional, basicamente de forma geral estava contra Qadhafi e seu regime opressor, a comunidade internacional queria colocar um ponto final em seu regime, inclusive, com o apoio de China e Rússia (BLACK, 2011e).

4.3 O Envolvimento Internacional

Tendo em vista que nenhum dos lados parecia querer ceder na Líbia, nem protestantes e nem o governo, a comunidade internacional se viu pressionada a tomar providências acerca do conflito que se tornava cada vez mais violento. Sendo assim, em 26 de fevereiro de 2011, com unanimidade dos votos no Conselho de Segurança das Nações Unidas, consegue-se aprovar uma resolução 1970 sobre o caso da Líbia. Rússia e a China se juntaram também aos esforços para colocar um fim na violência que se espalhou pela Líbia, e o que acontece naquele momento era que as grandes potências estão certas de que Muammar Qadhafi deve ser processado por crimes de guerra, e ele como toda a sua família devem perder privilégios diplomáticos (BLACK, 2011f).

Dessa forma, em 26 de fevereiro de 2011, o Conselho de Segurança das Nações Unidas aprova a resolução 1970. Esta resolução tinha como principal objetivo fazer com que a violência na Líbia chegasse ao fim, no documento expõe-se a necessidade de o regime líbio cessar com as violações dos direitos humanos da população Líbia, lembrando que o governo deste país possui a responsabilidade de proteger sua população, além de impor um embargo de armas para a Líbia. A resolução 1970 de 2011 estabelecia que:

- Acting under Chapter VII of the Charter of the United Nations, and taking measures under its Article 41,
1. Demands an immediate end to the violence and calls for steps to fulfill the legitimate demands of the population;
 2. Urges the Libyan authorities to:
 - (a) Act with the utmost restraint, respect human rights and international humanitarian law, and allow immediate access for international human rights monitors;
 - (b) Ensure the safety of all foreign nationals and their assets and facilitate the departure of those wishing to leave the country;
 - (c) Ensure the safe passage of humanitarian and medical supplies, and humanitarian agencies and workers, into the country; and
 - (d) Immediately lift restrictions on all forms of media;
 3. Requests all Member States, to the extent possible, to cooperate in the evacuation of those foreign nationals wishing to leave the country; (S/RES/1970).

Pouco tempo após a aprovação da Resolução 1970, a comunidade internacional parecia ainda não estar satisfeita com os resultados pouco visíveis na Líbia. Países como os Estados Unidos, a França e a Inglaterra iniciaram um processo de pressionar para que medidas mais drásticas fossem tomadas contra o regime líbio, e que não ficassem apenas no âmbito das sanções. Nesse momento, o Ocidente, em especial a França e o Reino Unido, e, em alguma medida os Estados Unidos iniciam uma retórica de deposição de Muammar Qadhafi. Eles queriam alterar o regime líbio, além de buscarem que Qadhafi, seu filho e oficiais do governo mais próximos do governante fossem processados por crime contra a humanidade. Nesse momento já se falava na possibilidade de uma zona de exclusão aérea, mas não na possibilidade de uma intervenção militar levada pela OTAN (BLACK et. al., 2011).

A resolução do Conselho de Segurança da ONU, de fato não logra em conseguir resultados expressivos por parte do regime líbio que segue atacando violentamente os rebeldes. Ainda no mês de março de 2011 forças de Qadhafi

atacam alvos rebeldes na cidade de Zawiyah, com atiradores de elite, tanques, além de relatos de bombardeios limitados em algumas cidades líbias para não chamar a atenção da comunidade internacional, e instalassem a zona de exclusão aérea (CHULOV et. al., 2011).

Tendo em vista que os avisos da comunidade internacional não tiveram sucesso na redução da violência dentro da Líbia, e o regime do país continua a atacar a população civil, em março de 2011 vota-se uma nova resolução no Conselho de Segurança. Sendo assim, em 17 de março de 2011, os membros do Conselho de Segurança das Nações unidas realizam a votação da resolução 1973 (S/RES/1973), que viria a ser um obstáculo nas relações entre Rússia e o Ocidente mais tarde².

A seguinte Resolução 1973 não apenas expressava preocupação com o espalhamento da violência na Líbia, com a situação dos civis que vinham sendo atacados por forças do governo, mas este documento previa a implementação de uma zona de exclusão aérea e de *todos os meios necessários* para que a violência cessasse no país. De acordo com o documento:

No Fly Zone

6. Decides to establish a ban on all flights in the airspace of the Libyan Arab Jamahiriya in order to help protect civilians;

7. Decides further that the ban imposed by paragraph 6 shall not apply to flights whose sole purpose is humanitarian, such as delivering or facilitating the delivery of assistance, including medical supplies, food, humanitarian workers and related assistance, or evacuating foreign nationals from the Libyan Arab Jamahiriya, nor shall it apply to flights authorized by paragraphs 4 or 8, nor other flights which are deemed necessary by States acting under the authorization conferred in paragraph 8 to be for the benefit of the Libyan people, and that these flights shall be coordinated with any mechanism established under paragraph 8;

8. Authorizes Member States that have notified the Secretary-General and the Secretary-General of the League of Arab States, acting nationally or through regional organizations or arrangements, **to take all necessary measures** to enforce compliance with the ban on flights imposed by paragraph 6 above, as necessary, and requests the States concerned in cooperation with the League of Arab States to coordinate closely with the Secretary General on the measures they are taking to implement this ban, including by establishing an appropriate mechanism for implementing the provisions of paragraphs 6 and 7 above,

² Os detalhes das consequências da resolução 1973 de 2011 na relação entre Rússia e Ocidente serão tratados com mais detalhes na próxima seção deste capítulo.

Tendo em vista que a resolução supracitada deixava em aberto o que, de fato, poderia ser feito no caso da Líbia, acabou por gerar alguma resistência por parte de alguns membros. Dos quinze membros do Conselho de Segurança à época, cinco deles se abstiveram, sendo eles Brasil, Índia, China, Federação Russa e Alemanha (Security Council 17 de março de 2011). De acordo com alguns desses membros, a opção pela abstenção se deveu ao fato de acreditarem na solução pacífica dos conflitos.

Apesar de alguns membros do Conselho de Segurança das Nações Unidas terem reclamado do caráter vago da resolução 1973, ainda assim, os dois que poderiam vetar a mesma se abstiveram. O fato de a resolução deixar claro que qualquer medida poderia ser levada em consideração para que as demandas do Conselho de Segurança fossem cumpridas, concedia muito espaço para interpretações. Além disso, em nenhum momento ficou claro na resolução em questão como seria realizada a zona de exclusão aérea, por exemplo. A verdade é que a resolução 1973 autoriza qualquer ação, e inclusive, indiretamente autoriza a ação da OTAN, por exemplo, ao decidir que organizações regionais poderiam atuar no conflito, como pode ser visto na passagem a seguir:

Protection of civilians

4. Authorizes Member States that have notified the Secretary-General, acting nationally or through regional organizations or arrangements, and acting in cooperation with the Secretary-General, to take all necessary measures, notwithstanding paragraph 9 of resolution 1970 (2011) (...).

Aparentemente a única coisa que a resolução não concede permissão é para ocupação territorial da Líbia, que se encontra ao final do parágrafo exposto anteriormente da resolução 1973. Isso pode ser notado na passagem que se segue:

(...)all necessary measures, notwithstanding paragraph 9 of resolution 1970 (2011), to protect civilians and civilian populated areas under threat of attack in the Libyan Arab Jamahiriya, including Benghazi, while excluding a foreign occupation force of any form on any part of Libyan territory (...).

De acordo com a Federação Russa, seus enviados não vetaram a resolução, pois estavam mais preocupados com a situação dos civis na Líbia (BANCROFT, 2011). O que realmente fora coerente com o que Tsygankov (2013) coloca como sendo a nova identidade russa, assertiva, mas cooperativa. Dessa forma, pode-se compreender o porquê de a Rússia ter se absterido na votação da resolução 1973.

Ao mesmo tempo em que a Federação Russa busca ser mais assertiva, tenta também capitalizar suas relações com a Europa, por exemplo, e participar mais ativamente da defesa dos direitos humanos. No entanto, o que se temia aconteceu. Poucos dias após a votação da resolução em questão, iniciaram uma ação militar massiva contra a Líbia, e não somente a implementação de uma zona de exclusão aérea.

Da parte da Rússia, seus enviados não estavam satisfeitos com a falta de substância da resolução. Para a diplomacia russa, faltavam detalhes especificando o que realmente seria feito na Líbia, que tipo de operação seria realizada, e qual arranjo regional poderia ser utilizado. Pois para a Federação uma operação militar de grande amplitude poderia ter consequências negativas inesperadas, e gerar uma crise humanitária ainda pior (FEDORUK, 2011).

Apesar de terem falado em uma missão limitada na Líbia, não fora exatamente o que ocorreu e fora noticiado. Alguns dias após a aprovação da S/RES/1973, França e Reino Unido, e em alguma medida, os Estados Unidos iniciaram uma operação bastante robusta contra a Líbia. Noticiou-se que mais de 100 mísseis dos Estados Unidos e Reino Unido foram lançados contra alvos do regime de Qadhafi, enquanto aviões franceses atacavam frentes pró-governo, em operação que foi chamada *Odyssey Dawn*, apenas 48 horas após a aprovação da Resolução (BLACK et al., 2011b).

Em 24 de março a OTAN concorda em policiar a zona de exclusão aérea na Líbia, mas ainda não havia nenhuma decisão mais concreta se a Aliança teria maiores compromissos na Líbia. A operação com a qual a OTAN se encarregou se chamaria *Operation Unified Protector* (OUP)³. Em um primeiro momento, a OTAN teria o encargo de policiar a zona de exclusão aérea, manter o embargo de armas, uma missão limitada de proteger os civis e prover ajuda humanitária. Nesse momento, os vinte e oito membros da OTAN concordaram com a participação, ainda que limitada, da Aliança na Líbia, mas não se descartava um maior encargo (Al Jazeera d, 2011).

A atuação da OTAN na Líbia, assim como o futuro do país, de uma forma ampla, já tinha sido decidido, e tomou uma forma mais específica após a Conferência de Londres sobre a Líbia em 29 de março. Nesta conferência, o que

³ NATO. “NATO and Libya”. Disponível em: http://www.nato.int/cps/en/natolive/topics_71652.htm. Acessado em: 21/05/2013.

parecia estar sob as sombras aparece com mais clareza, pois nesse momento já se fala, mesmo que indiretamente em mudança de regime e maiores responsabilidades para a OTAN (*London Conference on Libya*, 2011). Além disso, a Conferência estabelece um grupo de contato para a Líbia.

Em 30 de março de 2011 já se noticiava que a OTAN tomaria conta de todos os aspectos da operação na Líbia no que tange a zona de exclusão aérea, e das missões em campo, antes sob a responsabilidade de uma coalizão de países (SPIEGEL; ENGLAND, 2011).

4.4 A Posição Russa

Desde que os levantes populares na Líbia começaram a chamar a atenção da comunidade internacional, a Rússia se comportou de maneira cautelosa com relação a uma possível intervenção. A Federação se mostrou temerosa desde o início das movimentações para a atuação na Líbia, não coincidentemente se absteve na votação da resolução 1973 e afirmou que não participaria de qualquer ação militar na Líbia (R7, 18 de março de 2011). A Rússia, de alguma forma, se viu inapta a tomar decisões mais robustas na situação, que acabou por se tornar uma guerra da coalizão França, Estados Unidos e Reino Unido, em maior medida.

4.4.1 O Motivo da Abstenção

De acordo com a justificativa oficial, a Federação se via obrigada a tomar alguma providência diante da crise na Líbia, a fim de proteger os civis, tendo em vista a violação maciça dos direitos humanos que ocorriam no país. Isso pode ser observado nas palavras de Vitaly Churkin embaixador russo enviado para as Nações Unidas:

Guided by this basic principle, as well as by common humanitarian values which we share with both the co-sponsors and the other Security Council members, Russia did not prevent the adoption of this resolution. However, we are convinced that the quickest way to ensure robust security for the civilian population for the long-time civilisation situation in Libya is an immediate cease fire ... (Russia Today b, 2011).

De alguma forma, a Rússia parecia acreditar que a Resolução seria interpretada de maneira positiva, ou seja, apesar de a mesma apresentar a

possibilidade do uso da força, que isso não aconteceria. Na verdade, é possível que a Rússia acreditasse que sua posição seria a vitoriosa no processo de pacificação da Líbia, tendo em vista que em 18/03/2011 a Líbia aceita um cessar-fogo. Diante dessa notícia, a Federação sentiu-se vitoriosa nos seus esforços de resolver a questão por vias diplomáticas (Pravda, 2011).

Da mesma forma, pode-se observar essa ideia de que, de alguma forma, a Rússia estava certa ao se abster e não participar de ações militares contra a Líbia pode ser vista da declaração de Dmitry Medvedev em 21/03/2011 disponível na página do Kremlin. De acordo com Medvedev:

I want to say a few words regarding the situation in Libya. The Russian Federation hoped from the start that Libya's internal problems could be settled through peaceful means. We followed developments there as closely as possible and resolutely condemned the actions of the Libyan authorities and Libyan leader with regard to their own people. Acting on these considerations, Russia supported UN Security Council resolution 1970, and abstained on UN Security Council resolution 1973 in the aim of protecting the Libyan population and preventing the conflict from escalating. Our unwavering position is that all UN Security resolutions must pursue the objectives of bolstering peace and ending civil strife, preventing escalation of conflict and protecting civilians' lives. (<http://eng.kremlin.ru/news/1933>)

Ainda nas palavras de Medvedev em entrevista concedida em 21/03/2011, disponível na página do Kremlin:

QUESTION: Why did Russia not use its power of veto? We do have this right after all, and we could have used it to veto one of the resolutions that you mentioned.

DMITRY MEDVEDEV: Russia did not use its power of veto for the simple reason that I do not consider the resolution in question wrong. Moreover, I think that overall this resolution reflects our understanding of events in Libya too, but not completely. This is why we decided not to use our power of veto. This, you realise, was a qualified decision not to veto the resolution, and the consequences of this decision were obvious. It would be wrong for us to start flapping about now and say that we didn't know what we were doing. This was a conscious decision on our part. Such were the instructions I gave to the Foreign Ministry, and they were carried out. Let me say again that everything that is happening in Libya is a result of the Libyan leadership's absolutely intolerable behaviour and the crimes that they have committed against their own people. Let's

not forget this. Everything else is the consequences of these actions.

4.4.2 A Posição Russa Após a Intervenção Ocorrer

A atuação das três potências (P3) deixara a Federação bastante preocupada com os resultados, especialmente após a consideração do então presidente francês Nicolas Sarkozy. No início de março de 2011, Sarkozy declara que tanto a França quanto o Reino Unido estavam prontos para lançar ataques aéreos a alvos militares e às forças pró-Qadhafi, com o objetivo de parar os massacres contra civis líbios (RIA Novosti d, 2011). Após a declaração de Sarkozy de que a França e o Reino Unido estariam prontos para iniciar um ataque aéreo à Líbia, a Rússia se mostrou insatisfeita com esse tipo de solução para a questão.

A Federação era contrária a qualquer forma de intervenção internacional na Líbia, e defendia que a solução se desse de maneira pacífica e por meio de resoluções diplomáticas. A Rússia ainda acusava a coalizão ocidental, não apenas, de ir além das fronteiras das possibilidades viabilizadas pelas Nações Unidas, como também de violarem o embargo de armas contra a Líbia, acusando alguns países ocidentais de estarem suprindo os rebeldes anti-Qadhafi com armamentos (RIA Novosti e, 2011). Além disso, a Rússia estava ao lado da defesa da integridade territorial e da soberania líbia, assim como os outros BRICS (RIA Novosti f1, f2, 2011). Entretanto, não houve oposição que parasse a intervenção da França e do Reino Unido (ELLIOT, 2011). Nas palavras do então ministro das relações exteriores da Rússia Sergey Lavrov:

There have been reports of air attacks on Muammar Gaddafi's troops by the coalition warplanes and on the coalition's support for the armed rebels. There is an obvious contradiction there. We believe that the coalition's intervention in the civil war has not, essentially, been sanctioned by the UN Security Council resolution (...)

But neither did we vote against the resolution and we let it pass. Thereby it became binding. The resolution sets as its only goal the creation of a no-fly zone over Libya to ensure the protection of the civilian population. This resolution sets no other goals. We wanted to make the mandate of the countries, which are to ensure the no-fly regime, absolutely clear. But our co-authors declaration did not go so far. There are reports which cannot be confirmed yet that there have been victims among peaceful citizens as the result of the coalition's air strikes, - Lavrov said,

- we want these statements to be checked over again. There is every possibility to do this, in particular, the UN Secretary General has appointed a special representative. We have already asked the UN to send this envoy to Libya to assess the situation objectively and report to the UN Security Council (The Voice of Russia, 2011).

Contudo, apesar de muitos países terem se oposto à intervenção internacional na Líbia, ela aconteceu pela vontade de poucos, aborrecendo a muitos. O que era para ser uma zona de exclusão aérea se tornou uma intervenção ampla, e maciços ataques aéreos realizados pela coalizão, França, Reino Unido, Canadá, Itália e Estados Unidos. Tal intervenção não era, exatamente prevista, apesar de a resolução 1973 colocar que todos os meios necessários poderiam ser implementados. Os ataques aéreos da coalizão parece ter surpreendido a todos que cogitavam nada além de uma zona de exclusão aérea (SALEH, 2011).

A intervenção internacional à Líbia desagradou a muitos, especialmente, aos que defendiam que um ataque militar à Líbia poderia gerar mais problemas que resultados positivos, como era o caso dos BRICS, talvez com exceção da África do Sul. Apesar dos esforços para que a situação fosse tratada de forma diplomática, e a intervenção não ocorreu. Talvez esse seja um dos maiores motivos para mágoas entre os BRICS, afinal, pouco tempo após a aprovação da resolução 1973 no Conselho de Segurança, todo o comando da intervenção fora passado para as mãos da OTAN. Dessa forma, não havia o que nenhum dos BRICS pudessem fazer, afinal nenhum deles é membro da OTAN. Possivelmente, por esse motivo, a Rússia tenha sido um dos países mais afetados por essa decisão, pois a Líbia tornara-se sua nova Bósnia, outro cenário em que Moscou nada poderia fazer, especialmente, porque as decisões foram postas nas mãos da OTAN.

Assim como na Bósnia em 1995, apesar dos esforços da Rússia em tentar resolver a crítica situação de maneira diplomática, a responsabilidade por resolver a questão fora posta nas mãos da OTAN. E é exatamente o que ocorreu na Líbia, França e Reino Unido, em maior medida, deixaram a responsabilidade da crise na Líbia por parte da OTAN, e mais uma vez a Rússia não pôde fazer nada a respeito, pois não possui direito a voto dentro da Aliança, afinal não faz parte da mesma (TISDALL, 2011).

Desde o início das tomadas de decisões acerca do caso da Líbia, a Rússia, ao lado do Brasil, Índia e China tiveram seus discursos bastante pautados na contrariedade de ações robustas na Líbia. Estes países foram contra os ataques à Líbia, e continuaram a defender essa posição mesmo após os ataques terem início, quando colocaram que os ataques dos “aliados” contra a Líbia estava sendo desproporcional e que estariam desrespeitando o mandato das Nações Unidas (DEMPSEY, 2011).

Quando a coalizão de países ocidentais inicia os ataques à Líbia, logo a Rússia condena as ações e pede que haja um cessar-fogo na região. Para os representantes diplomáticos da Rússia, as ações ocidentais contra o regime líbio gerariam consequências dramáticas para a região. De acordo com oficiais russos, a ação da coalizão contra a Líbia, era desproporcional, e estaria indo além das recomendações das resoluções das Nações Unidas. Os principais objetivos eram proteger a população civil e colocar um fim na violência do regime de Qadhafi contra a população do país.

De acordo com estes oficiais russos, em nenhum momento, na resolução 1973 se falou em deposição do regime de Muammar Qadhafi. Entretanto, quando as operações na Líbia iniciaram parecia que a derrocada do regime era um dos objetivos principais da coalizão. Em nenhum momento, cabe ressaltar, a Rússia defendera Qadhafi em sua empreitada, ao contrário, a Rússia admitia que o ditador havia perdido sua legitimidade. No entanto, a Federação defendia que a população civil fosse poupada, o que não estava acontecendo diante dos ataques ocidentais, e que os líbios resolvessem seus próprios problemas (Russia Today c, 2011).

Nesse sentido, a Rússia deixa de apenas lamentar o ocorrido ou ainda, de aconselhar a coalizão ocidental, e mais tarde a OTAN para que arrefecessem a atuação na Líbia e endurecem o discurso. Nesse ínterim, a Rússia iniciou acusações contra o Ocidente e contra a operação liderada pela OTAN. Putin chegou a afirmar que a operação na Líbia tomou dadas proporções em decorrência de interesses escusos do Ocidente. Putin afirmou que, tendo a Líbia uma das maiores reservas de gás natural e petróleo do norte da África, as potências ocidentais estaria se encarregando de tal intervenção por motivos econômicos e estratégicos (RIA Novosti g, 2011). Além disso, oficiais do governo russo clamaram para que a OTAN parasse de dirigir seus ataques a alvos civis, pois os

civis deveriam ser protegidos e não se tornarem alvos de ataques aéreos (RIA Novosti h, 2011). Nas palavras de Sergei Lavrov:

Members of the international community, first of all our Western partners, have chosen the path of supporting one of the sides in the civil war – probably the party that represented the Libyan people's legitimate aspirations, but this still increased the number of casualties among the civilian population (...) he evil should be fought fairly... and lawlessness cannot be eradicated by violating the international law... (Russia Today d, 2011).

4.5 Avaliação do Cenário

O propósito principal deste capítulo era a avaliação da posição da Federação Russa diante da crise na Líbia, a fim de que se construísse um patamar de comparação com suas ações na Síria. Contudo, mais do que um patamar de comparação, o caso da Líbia aqui se faz enquanto uma questão constitutiva histórica para a pesquisa. Para tal fim realizou-se um primeiro passo nesse sentido que fora um breve estudo acerca da relação histórica entre a Rússia e a Líbia. A partir desse primeiro vetor de análise concluiu-se que, mesmo que a relação entre URSS e Líbia tenha sido um tanto conturbada durante alguns anos, essas duas partes estabelecem uma relação de aliados. Após a dissolução da União Soviética, as relações entre a Líbia e a Rússia foram enfraquecidas devido ao reposicionamento da Rússia no cenário internacional e com isso a incompatibilidade no relacionamento entre os dois países. No entanto, ainda sob o governo de Yeltsin a Rússia e a Líbia voltam a ter mais contato. Esse contato, ainda que parecesse pouco promissor começara a ganhar mais corpo ao longo dos anos seguintes. Mais tarde, já durante a presidência de Vladimir Putin as relações se desenvolvem especialmente após sua visita histórica à Líbia em 2008.

Como já exposto anteriormente neste mesmo capítulo, os fatores utilizados para avaliar o patamar da relação entre Rússia e Líbia fora primordialmente o comércio. Esse passo fora bastante importante para essa avaliação, e a partir de dados demonstrados, o comércio entre Rússia e Líbia mostrou-se importante para as duas partes, ainda que a Rússia não seja o principal parceiro comercial da Líbia. Entretanto, especialmente, a partir de 2008, ano no qual há uma reaproximação entre as partes e soluciona-se um dos maiores empecilhos na relação entre os dois países, a dívida da Líbia com a Rússia desde

os tempos de Guerra Fria. Resolvido esse obstáculo, a relação comercial, de modo geral, se expande. Da mesma forma que, surgem deste encontro novos acordos no setor de transferência de armamentos e em diversas outras áreas. Rússia e Líbia se aproximaram, de fato, e conseguiram acordar em diversas questões, além de fecharem acordos bilionários em muitas áreas.

Dessa forma, a hipótese que a Rússia deixara a intervenção internacional ocorrer na Líbia por não se interessar na região parece pouco plausível. Claramente, a Líbia não era a maior compradora de armamentos da Rússia, sequer sua maior parceira comercial, mas a incipiência da retomada do relacionamento deve ser levada em consideração. De qualquer forma, em pouco tempo os dois países conseguiram realizar acordos bilionários, além de a Rússia ter perdoado a maior parte da enorme dívida da Líbia. Esses fatores levam a crer que a Rússia possuía grande interesse em retomar uma relação com a Líbia em maiores dimensões, à época que a intervenção ocorreu ainda havia perspectivas de que novos acordos ocorressem.

Sendo assim, diante de fatores como o crescimento do comércio de forma ampla, os grandes acordos no setor bélico, os importantes acordos acerca de prospecção e refinamento de petróleo, bem como acordos em outras áreas demonstra que a Rússia tinha muito a perder. Além disso, há uma questão histórica envolvida, a URSS/Rússia são aliadas de longa data. Estima-se que com a intervenção na Líbia a Rússia tenha perdido algo em torno de quatro bilhões de dólares em acordos.

Não se descarta que a Rússia haja também de acordo com seus interesses materiais, pois se essas fossem suas únicas motivações não teria permitido a interferência internacional nas questões da Líbia. Além disso, se a Rússia se motivasse apenas por questões materiais poderia ter suspenso o embargo de armamentos à Líbia a fim de obter lucros. No entanto, no início desse ano o diplomata russo, Vitaly Churkin declarou considerar muito cedo para a retirada do embargo à Líbia, por não haver ordem suficiente no país (The Voice of Russia c, 2013).

O que se pode tirar desses parâmetros é que, mesmo a Líbia sendo uma aliada histórica da URSS, e depois tendo se aproximado da Rússia, e para além de seus interesses materiais, ainda assim a Rússia permite que uma interferência na crise fosse realizada. A abstenção da Rússia na votação da resolução 1973 pode

então ser congruente com seus valores expressados na sua doutrina de política externa, o que muda no seu tom com relação a crise é a intervenção maciça.

O desagrado da Federação Russa fora tão grande que o Ministro das Relações Exteriores, Sergei Lavrov, chegou a declarar que a Rússia não apoiaria mais nenhuma resolução que apontasse para soluções militares. Além disso, o desagrado russo esteve presente em todo o processo que envolveu desde a confecção da proposta da resolução 1973, para a qual a Rússia não fora chamada para participar, até a implementação, onde a Rússia também fora excluída. De acordo com Lavrov, a Rússia se deteria a dar suporte somente a resoluções no âmbito das Nações Unidas que apoiassem soluções pacíficas e negociações diplomáticas (RIA Novosti i, 2011).

O descontentamento russo pode ser bem observado nos trechos que se seguem de uma entrevista concedida pelo então presidente russo, Dmitry Medvedev:

Q: You were president at the time of the Libyan intervention and the diplomatic proceedings that went before the Libyan intervention. Is that experience actually now influencing Russia's position on Syria? Did you feel that you were somehow betrayed over the Libya scenario and that you don't want to see a similar situation in Syria?

A: Of course, this is influencing our position. In fact, when the situation with Syria started, I said from the very beginning that we would adjust our approach because of what happened with Libya. When the resolution on Libya was adopted, we thought our countries would hold consultations and talks and at the same time we would send a serious signal to the Libyan leader. But unfortunately it ended up the way it did. They kept telling us there would be no military operation, no intervention, but eventually they started a full-blown war that claimed many lives. And most importantly, I think it is a bad way to determine a country's future. We all share democratic values, but imposed democracy usually does not work. Democracy must grow from inside. Only then does it enjoy popular support. So, what happened with Libya has definitely affected my position and continues influencing Russia's position on the Syrian conflict. [...] (Russia Today e, 2012)

O trecho retirado da entrevista concedida por Medvedev em 2011, definitivamente, demonstra o desagrado russo com relação a atuação ocidental no caso da Líbia. Na entrevista, Medvedev demonstra que mais uma vez a Rússia se sentiu traída pelo Ocidente. O então presidente da Federação Russa acreditava que haveria apenas a implementação de uma zona de exclusão aérea, e não fora o que

aconteceu na prática, ainda mais com o envolvimento da OTAN, o que conferiu à Rússia total imobilidade para agir de qualquer forma.

Assim, de acordo com Tsygankov (2013), a atuação da Federação Russa diante do conflito na Líbia, estaria em acordância com sua identidade e interesses no pós-Boris Yeltsin e Yevgeny Primakov. Nesse momento, tanto a identidade quanto os interesses russos parecem se alinhar a um hibridismo dos momentos anteriores de sua política externa. A Rússia sob as administrações de Vladimir Putin e Dmitry Medvedev não se alinha ideologicamente com o Ocidente, mas também não se coloca de maneira tão assertiva com relação às políticas Ocidentais como a União Soviética e mais tarde com Primakov.

O novo momento da Rússia é marcado por um não alinhamento ideológico com o Ocidente, mas ainda assim é cooperativa, em decorrência de suas fraquezas domésticas. Tais fraquezas domésticas são marcantes no âmbito econômico, e por isso a Rússia tenta capitalizar suas relações com os Estados Unidos e com a Europa Ocidental nesse sentido. No entanto, ainda há momentos de assertividade, mesmo que restrita há alguns setores específicos, na política externa russa, especialmente quando o seu *status* está em jogo ou seus interesses em termos de segurança nacional.